

Globethics Repository



Hegemonia neoliberal [Neoliberal Hegemony]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Wolfart, Graziela
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-16 11:55:12
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/161406

Hegemonia neoliberal: “Certamente não foi um período brilhante para a história da humanidade”

Para o economista Antonio Prado, teremos uma recessão em escala planetária caso se mantenha a rejeição ao pacote bilionário nos EUA

POR GRAZIELA WOLFART

“**E**sses bancos de investimento não tinham supervisão e, portanto, fizeram operações extremamente arriscadas, alavancando operações muito acima do seu capital. E, ao quebrarem, colocaram todo o sistema financeiro e a economia real numa situação de risco de colapso.” A avaliação é do economista Antonio Prado, chefe da representação do BNDES em Brasília. Para ele, na entrevista concedida por telefone à IHU On-Line, a saída é “resgatar o sistema financeiro dessa situação de pré-colapso, rever as regulações e punir os responsáveis”. Ao refletir sobre a relação entre democracia e crescimento econômico, Prado enfatiza: “Para haver desenvolvimento econômico e social, é preciso ter crescimento com distribuição de renda em um ambiente democrático”. Economista, mestre e doutor pelo Instituto de Economia da Unicamp, Antonio Prado é professor licenciado no Departamento de Economia da PUC-SP, ex-diretor técnico do Dieese (1990 a 1999) e atual chefe da representação do BNDES em Brasília.

IHU On-Line - Como entra aqui a discussão sobre a tensão entre público e privado, considerando o uso do dinheiro do Estado para recuperar instituições privadas como os bancos?

Antonio Prado - Essa é uma questão bastante delicada, porque ela deveria ter sido evitada através de regulações adequadas. Esses bancos de investimento não tinham supervisão e, portanto, fizeram operações extremamente arriscadas, alavancando operações muito acima do seu capital. E, ao quebrarem, colocaram todo o sistema financeiro e a economia real numa situação de risco de colapso. Esse colapso certamente custaria muito mais caro do que esse pacote de 700 bilhões de dólares. É bom dizer que é possível recuperar parte importante desses recursos, mas, de fato, estamos numa situação em que a utilização de recurso público para recuperar uma situação provocada por agentes privados provoca uma grande tensão. No entanto, não há outra saída neste momento. É preciso resgatar o sistema financeiro

“Nunca houve o mercado auto-regulado da forma que os teóricos liberais apresentam”

dessa situação de pré-colapso, rever as regulações e punir os responsáveis.

IHU On-Line - Qual a importância do Estado e da regulação dos mercados para a recuperação da ordem financeira mundial? O livre mercado não funciona realmente?

Antonio Prado - Nunca houve o mercado auto-regulado da forma que os teóricos liberais apresentam. Se verificarmos a construção do sistema capitalista, perceberemos que a atuação do Estado sempre foi essencial para que houvesse mercado operando de forma regular e contínua. Existem livros que tratam dessa questão. O principal deles é *A grande transformação*, de Karl Polanyi.¹ Ele deixa muito claro que o

¹ Karl Polanyi (1886-1964): economista austríaco. Sua obra principal é *A grande transformação - As origens de nossa época* (Rio de Janeiro:

mercado é uma construção institucional a partir do sistema político. Então, não existe isso de “mercado auto-regulado”. Durante o século XX, houve uma tentativa de reduzir essa regulação, a partir dos anos 1980 e 1990, e deu no que deu agora, nessa situação de completa desordem em Wall Street, mas que se espalha, se difunde, por todo o Planeta.

IHU On-Line - Que balanço o senhor faz do período da hegemonia das políticas liberais? Quais suas consequências em relação às demandas sociais e à volatilidade econômica?

Antonio Prado - O balanço preliminar é que houve uma regressão do ponto

ro: Campus, 1980). Sobre o economista, a IHU On-Line 147, de 27-06-2005, dedicou o tema de capa *A grande transformação. As origens da nossa época*. (Nota da IHU On-Line)

de vista do desenvolvimento do bem-estar social durante esse período. O que caracterizou o crescimento econômico de prevalência do neoliberalismo foi justamente a perda de conquistas do ponto de vista de coesão social, de redução das heterogeneidades da sociedade, de segurança no mercado de trabalho, de segurança pessoal. Esse é um período em que houve uma tentativa de se desidratar as políticas de Welfare State. Em muitos casos, houve, de fato, uma redução de direitos ou pelo menos uma redução na velocidade do desenvolvimento dessas políticas. O resultado, do ponto de vista do desenvolvimento da sociedade, de conquista da autonomia e da realização do ser humano, é uma perda substantiva durante esse período. Houve uma concentração brutal de renda, e os ordenados de executivos dessas grandes corporações, principalmente do sistema financeiro, se tornaram milionários. E não é por acaso que um dos pontos negociados nesse pacote de ajuda ao mercado financeiro norte-americano é de uma restrição ao pagamento de bônus a esses executivos das grandes corporações financeiras. Justamente porque isso se tornou um escândalo nos Estados Unidos, principalmente, onde presidentes e diretores de grandes corporações recebem ordenados de até 250 milhões de dólares anuais. Certamente não foi um período brilhante para a história da humanidade.

IHU On-Line - É possível conciliar democracia e crescimento econômico?

Antonio Prado - Democracia numa ordem social capitalista é essencial. Porque essa ordem social tem uma característica de só distribuir os resultados das conquistas realizadas pela máquina econômica, capitalista, a partir de uma sociedade organizada. E isso só se desenvolve com democracia, que é essencial para que haja uma disputa legítima dos ganhos de produtividade da máquina econômica e do orçamento público. Onde não há democracia, pode até haver crescimento, mas este, certamente, não redundará em desenvolvimento econômico. Temos esse aumento da heterogeneidade que exclui uma parcela substantiva da população

“Estamos no limiar de uma mudança importante do ponto de vista do sistema financeiro mundial”

do crescimento econômico. Para haver desenvolvimento econômico e social, é preciso existir crescimento com distribuição de renda em um ambiente democrático.

IHU On-Line - Que alternativas podemos vislumbrar para a saída da crise financeira internacional? O que deveria fazer parte de uma nova regulação para o mercado?

Antonio Prado - Certamente, as instituições que participam do mercado financeiro precisam ser reguladas. Não podemos ter segmentos com capacidade de operações financeiras sem regulação. Foi o que ocorreu agora com os bancos de investimento. Todas essas instituições deverão ser reguladas em âmbito nacional e internacional. Provavelmente, não haverá só uma reforma na regulação em cada um dos países, mas também a necessidade de rever o Acordo da Basileia,² que estabelece esses limites prudenciais para o sistema financeiro. Outra coisa importante é a fiscalização de algumas instituições, por exemplo, as empresas de classificação de risco,

2 O Acordo de Capital de Basileia, oficialmente denominado International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards, também designado por Acordo de Basileia, foi um acordo firmado em 1988, na cidade de Basileia (Suíça), por iniciativa do Comitê da Basileia e ratificado por mais de 100 países. Este acordo teve como objectivo criar exigências mínimas de capital, que devem ser respeitadas por bancos comerciais, como precaução contra o risco de crédito. Basileia I não conseguiu evitar inúmeras falências de instituições financeiras na década de 1990. Em 2004, o Comitê da Basileia lançou um novo documento em substituição ao acordo de 1988. O Basileia II, como ficou conhecido, fixa-se em três pilares e 25 princípios básicos sobre contabilidade e supervisão bancária. (Nota da IHU On-Line)

as empresas de auditoria e também a própria legislação em termos de transparência das operações das grandes corporações. É necessário que haja uma ampliação da transparência. Não é possível que você tenha crises sucessivas, como tivemos, por exemplo, em 2001. Ela foi grave e envolveu empresas quase centenárias de auditoria. Não é possível que agora tenhamos outra crise em que agências de classificação de risco tenham deixado passar títulos podres³ com classificação AAA. Também não é possível que tenhamos grandes corporações realizando operações altamente especulativas e que isso não apareça de forma transparente em seus balanços. Tudo isso precisará ser regulamentado com muito cuidado.

IHU On-Line - O senhor acha importante resgatar as teorias de Keynes nesse momento?

Antonio Prado - A teoria keynesiana é fundamental em situações de ameaça de colapso, como essa. Ela sempre estabeleceu a necessidade de uma intervenção do Estado para impedir que tenhamos processos deflacionários intensos. Hoje, o grande risco é que, se temos uma liquidação de ativos⁴ em escala planetária, sairemos de uma inflação para uma deflação. A teoria keynesiana defende a intervenção e a regulação do Estado justamente para que se possa ter um mercado que não se autodestrua. Esse é o centro da preocupação de Keynes, não só como teórico, mas também como político, que discutia a crise de 1929, o entre-guerras e Bretton Woods, em 1944. A preocupação de Keynes é justamente ter percebido que o mercado capitalista precisa ser regulado, senão ele tem uma tendência ao caos.

IHU On-Line - Como entender que em uma economia globalizada ainda exista tanta exclusão social? Que

3 Títulos podres são títulos não pagos pelos tomadores dos empréstimos. Estão na base da crise atual: 4 milhões de americanos que haviam financiado seus imóveis deram “calote” na dívida; quem tinha esses créditos ficou com o prejuízo, que se espalhou pelos mercados. (Nota da IHU On-Line)

4 Ativos são bens, direitos, créditos e valores pertencentes a uma empresa ou pessoa. (Nota da IHU On-Line)

tipo de instituição absorve as demandas sociais das massas excluídas?

Antonio Prado - Estamos vivendo, nos últimos 40 anos, uma grande conflagração política entre duas visões do mundo capitalista. Uma é essencialmente keynesiana, de que devemos ter o Estado intervindo de forma importante na economia, regulando e com instituições que permitam geração de emprego, de renda e de crescimento. Uma outra visão é a liberal, de que precisamos diminuir da forma mais drástica possível a participação do Estado na economia e sua regulação das atividades econômicas. Portanto, nesta conflagração, tivemos uma hegemonia liberal nesses últimos 40 anos. Passamos também por uma hegemonia keynesiana do período que vai do fim da Segunda Guerra até meados da década de 1970, durante, portanto, 30 anos. Infelizmente, o resultado é que essa hegemonia liberal nas políticas impediu que existisse uma distribuição de renda do crescimento ocorrido nesse período. Houve crescimento. O que não houve foi um avanço do bem-estar social em nível planetário. O que tem ocorrido recentemente, completamente fora desses mecanismos, é que alguns países, em que o Estado tem um papel relevante na economia, conseguiram processos de desenvolvimento que retiraram centenas de milhões de pessoas da pobreza, como é o caso da China e da Índia, por exemplo.

IHU On-Line - O que podemos esperar para os próximos meses?

Antonio Prado - Nesse momento, o mais relevante é acompanhar a negociação política desse pacote nos Estados Unidos e também a mobilização das instituições multilaterais para tratar desse assunto da regulação em escala planetária. Haverá a necessidade de acompanhar tanto o que ocorre nos Estados Unidos quanto o que ocorrerá em cada país em termos de revisão das suas regulações do sistema financeiro, de monitoramento das operações do sistema financeiro e também os debates nas instituições multilaterais. Estamos no limiar de uma mudança importante do ponto de vista do sistema financeiro mundial.

“A extensão dessa crise vai ser medida pelo impacto dela sobre a China”

Para o economista Carlos Lessa, a falência de bancos tradicionais revela que a crise norte-americana irá extravasar as fronteiras dos Estados Unidos, prejudicando a economia mundial

POR BRUNA QUADROS, GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

Entre altos e baixos, o cenário econômico norte-americano tem deixado o mundo em alerta. Será que o capitalismo chegou ao fim? Não. Ele tem “recursos para minimizar a crise”, afirma Carlos Lessa, em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, na última semana. Mas com tanta turbulência, aponta, o capitalismo vai “negar a sua ideologia de livre mercado, porque sofrerá uma intervenção do Estado para superar essa crise”. Ainda não há como medir os estragos dessa tensão, mas uma coisa é certa: “O Brasil já foi atingido”, garante Lessa, que justifica: “A bolsa de valores caiu violentamente, o real se desvalorizou, a taxa de câmbio subiu, e as empresas brasileiras que têm empréstimos no exterior estão com muitas dificuldades de renová-los”. Segundo ele, esses indicativos já estão comprometendo a economia brasileira de 2009, e, se medidas não forem tomadas, os brasileiros correm o risco de assistir a “uma bolha interna”. “Duvido que seja possível manter o crescimento explosivo de vendas a crédito às famílias brasileiras. Elas se endividaram de maneira assustadora nos últimos dois anos, e agora, como vão segurar o pagamento de suas prestações com os juros subindo?”, questiona. O momento é cauteloso e o Brasil deve “desenvolver políticas de controle de câmbio e de regulação das exportações”, aconselha. Ex-presidente do BNDES, Lessa é formado em Ciências Econômicas, pela antiga Universidade do Brasil, e doutor em Ciências Humanas, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (Unicamp).

IHU On-Line - Como o senhor vê a crise financeira internacional? Acredita que ela pode provocar mudanças no capitalismo?

Carlos Lessa - Toda e qualquer crise provoca danos no capitalismo. Obviamente, esse tem recursos para minimizar a crise, mas, em última instância, negará a sua ideologia de livre mercado, porque sofrerá uma intervenção do Estado para superar essa crise.

O capitalismo já enfrentou muitas anormalidades e deu a volta por cima. Só que a superação não é instantânea. As crises sempre têm efeitos prolongados e de difícil enfrentamento. Então, nesse caso, a especulação financeira desenfreada comandada pelos bancos norte-americanos debilitou o sistema financeiro mundial e acabou com o papel do dólar como reserva mundial. O problema é que não tem um instrumento alternativo à moeda americana. Em torno desse instrumento alternativo, ocorrerá uma discussão geo-